

TERMO DE USO & POLÍTICA DE PRIVACIDADE TERMOS E CONDIÇÕES DE USO

O presente Termo e Condições de Uso visa regular a utilização por você, usuário, de nossos serviços neste site institucional, para estabelecer diretrizes e procedimentos para o tratamento dos dados pessoais em atendimento à legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Este Portal Institucional tem caráter gratuito, neste sentido a utilização de alguns serviços e canais somente poderá ocorrer mediante o registro do usuário, ao passo que a oferta de serviços e/ou conteúdo desse portal obedecem a critérios de acessibilidade.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade: ao utilizar os nossos serviços, você usuário aceita e concorda com todos os termos e condições expostas vigentes na data. A utilização por qualquer usuário dos serviços online disponibilizados implicará em expressa aceitação destes Termos e Condições de Uso, ex: cadastro no Portal do cidadão, solicitação realizada na ouvidoria, etc.

Tratamento de Informações: a privacidade e o sigilo de suas informações são muito importantes para nós da CMB, desta forma tomamos os cuidados necessários para garantir a proteção, o sigilo e o uso adequado dos seus dados pessoais. Adotamos práticas de segurança para garantir a integridade e a confidencialidade dos dados coletados, adotando mecanismos de proteção contra uso indevido, tentativas de acesso não autorizado, fraudes, danos, sabotagens e roubos.



Ao fazer o seu cadastro, você usuário autoriza toda e qualquer comunicação por parte da CMB, podendo alterar as suas preferências de comunicação sempre que necessário.

O consentimento autorizado previamente poderá ser revogado a qualquer tempo pelo detentor dos dados, no entanto, alguns serviços podem deixar de funcionar por depender desse consentimento para serem efetivamente prestados. Nós não divulgamos o endereço eletrônico, nem outras informações pessoais do usuário dos serviços do portal que exijam cadastro, salvo com o seu expresso consentimento.

O envio de mensagens ao correio eletrônico só será feito mediante aceitação do usuário ao disponibilizar seu endereço de e-mail, que poderá, a qualquer momento, requerer o cancelamento do envio de informações.

O portal usa cookies — arquivos de texto armazenados no computador do usuário, para o bom funcionamento do site. Só utilizamos cookies necessários e de funcionalidade.

Podemos, a qualquer momento e sem aviso aos usuários, alterar ou extinguir qualquer conteúdo desse portal, bem como mudar sua concepção visual e estrutura de conteúdo.

Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário do Portal da Câmara Municipal de Betim — MG encontrará informações referentes ao tratamento de dados pessoais, o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades



da CMB ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida, ou seja, necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso as questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na política de privacidade, você usuário, terá conhecimento referente ao tratamento de dados pessoais. Encontrará informações sobre: qual o tratamento realizado, automatizadamente ou não, e a sua finalidade; os dados necessários para a prestação do serviço; como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas.

AGENTES DE TRATAMENTO

A quem compete às decisões referentes ao tratamento de Dados Pessoais realizados?

A Lei Geral de Proteção de Dados define como controlador, em seu artigo 5°, pessoa natural ou Jurídica, de direito público ou privado, responsável por determinar as decisões tomadas sobre o tratamento

dos dados pessoais.

A CMB é o Controlador responsável por estas decisões.

Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção

de Dados?

Encarregado é o responsável pela comunicação entre o Controlador, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tem o dever de disseminar a cultura e as boas práticas da proteção dos



dados pessoais na organização, fiscalizando as atividades de tratamento que a organização realiza.

Quais são as leis e normativos aplicáveis a esse serviço?

A Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei do Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. A Lei de Acesso à Informação — Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público, ou privada, visando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

O Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012 — Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.

Quais são os direitos do usuário do serviço?

O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II): é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.



Direito de retificação (Art. 18, III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV): é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V): é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, conforme a regulamentação da autoridade nacional.

Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este Termo de Uso visa a registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o responsável pelo titular concorda com o



tratamento dos dados pessoais de criança/adolescente, para finalidade específica, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD).

A CMB explicita que o tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes são realizados em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

Dos dados pessoais

O Controlador fica autorizado a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados pessoais do titular: nome completo; número de CPF, número de telefone; endereço, instituição, e-mail, imagem e voz.

Das finalidades

A finalidade do tratamento de dados pessoais da criança e adolescente se resume em possibilitar que o Controlador:

- •proceda com a garantia do titular em participar dos eventos realizados pela CMB, através da Escola do Legislativo e demais projetos desenvolvidos;
- •identifique e entre em contato com o titular, a título informativo, dos serviços disponibilizados pela CMB;
- tenha informações suficientes para o processamento e confecção de certificados;
- •utilize tais dados na elaboração de relatórios internos que visem ao aprimoramento dos serviços prestados pelo CMB;
- •possa atender exigências dos órgãos de controle ou de autoridades do sistema de justiça acerca das atividades desempenhadas pela Escola do Legislativo.



- •utilize sua imagem e voz para divulgação de campanha publicitária de seu interesse, adotando todas as medidas de proteção de dados, visando à preservação de seu direito à intimidade.
- trate os dados pessoais de crianças e adolescentes necessários para o cumprimento da finalidade descrita neste termo, sem a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com esses fins.

Aplicam-se ao tratamento dos dados pessoais de crianças e adolescentes a mesma regra quanto, o compartilhamento, segurança dos dados, direitos dos titulares, ao término do tratamento de dados, revogação do consentimento e solicitação ao controlador, previsto neste Termo de Uso, desde que observado o seu melhor interesse, nos termos do caput do art. 14 da Lei n.º 13.709/2018.

Vale enfatizar que a CMB reconhece aqui a importância do consentimento enquanto medida protetiva essencial, em diversos contextos, para a proteção dos direitos e interesses de crianças e adolescentes.

EM RESPEITO À SUA PRIVACIDADE E À AUTODETERMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO, VOCÊ PODERÁ CONHECER NESTA PÁGINA COMO SEUS DADOS SÃO COLETADOS E COMO ELES PODEM SER UTILIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BETIM

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam o serviço?

O login e senha deverão ser utilizados somente pelo usuário cadastrado, se comprometendo em manter o sigilo da senha, sendo pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.



O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas. O usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à CMB, ou a qualquer outro usuário, ou, ainda, a terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A CMB, não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos: equipamento infectado por malwares ou invadido por hackers, proteção do computador, proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários, abuso de uso dos computadores dos usuários; monitoração clandestina do computador dos usuários; vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas; perímetro inseguro; em nenhuma hipótese, a CMB será responsável pela instalação no equipamento do usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos, em decorrência da navegação na Internet pelo usuário.

Quais são as responsabilidades da CMB com meus dados?

A CMB se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do usuário, para preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como, garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados.

Obrigando-se a promover, independentemente de consentimento, o acesso, no âmbito de suas competências, as informações de interesse



coletivo ou geral por eles produzidas, ou custodiadas. É de responsabilidade de a CMB implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A CMB poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o serviço ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais.

Caso ocorra, a CMB notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Esta Política de Privacidade foi elaborada conforme a Lei Federal n.º 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção. A CMB se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6°:

I — **finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;



II — **adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, conforme contexto do tratamento;

III — **necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados:

IV — livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

 V — qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, conforme necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI — **transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento;

VII — **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII — **prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX — não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;



X — **responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Por que solicitamos seus dados?

A CMB solicita suas informações pessoais, apenas quando realmente é necessário, para lhe fornecer um de nossos serviços. Toda a coleta de dados é realizada por meio justo e legal, com o seu conhecimento e consentimento. Deste modo, nós da CMB, apenas retemos as informações coletadas pelo tempo necessário para fornecer o serviço solicitado.

Quais são os dados pessoais coletados?

A coleta dos seus dados dependerá da interação que você usuário terá com nossos serviços. Por exemplo, coletamos seus dados quando você faz o cadastro no Espaço Cidadão para registrar alguma demanda.

Como os dados são protegidos?

À CMB obriga-se aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados. O acesso às informações coletadas está restrito aos servidores autorizados para o uso adequado desses dados.

Para a garantia da segurança são adotadas soluções que considerem as técnicas adequadas, os custos de aplicação, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento e os riscos para os direitos e liberdades do titular dos dados.



A CMB utiliza-se de criptografia para que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário ocorra de forma segura e confidencial. Caro usuário esteja ciente que, embora nós da CMB, nos esforcemos para manter e fornecer segurança razoável para informações processadas, nenhum sistema de segurança pode evitar todas as violações de segurança em potencial.

Como utilizarmos suas informações?

Nós da CMB, coletamos informações pessoais quando você usuário se

comunica conosco por e-mail ou por cadastro no Portal.

Os dados coletados são necessários para possibilitar o acesso aos serviços de atendimento colocados ao seu dispor através do Portal. Utilizamos as informações pessoais que coletamos para manter seu registro atualizado, processar seus pedidos, fornecer serviços online, informá-lo de oportunidades que possam lhe interessar e poder atendê-

lo com melhor qualidade em nossos serviços.

Também podemos utilizar as informações pessoais para procedimentos internos, como auditorias, análise de dados, cumprimento de obrigações legais, entre outros, como para efeitos externos, nas

hipóteses e termos definidos pelo art. 26, § 1º da LGPD.

As informações pessoais requeridas são previstas em leis e/ou regulamentações específicas e necessárias para a verificação da

autenticidade do usuário.

DIREITOS AUTORAIS

Todo o material confeccionado e produzido, divulgado no Portal da Câmara Municipal de Betim, é de propriedade exclusiva da CMB,



sendo totalmente proibida sua reprodução, cópia ou modificação sem expressa autorização da instituição, para utilização por terceiros, é necessário citar a fonte, respeitando as leis referentes aos direitos autorais.

O download e a visualização das obras audiovisuais disponíveis no sítio eletrônico da CMB implicam automaticamente a manifestação de aceitação plena e sem reservas destes Termos de Uso, para todos os fins de direito.

As obras audiovisuais disponíveis no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Betim são de titularidade desta Casa, do Poder Legislativo do Município de Betim, para visualização com fins estritamente educacionais ou pedagógicos e informativos, sem limitação quanto a prazo ou número de exibições.

Para fins de utilização dos arquivos audiovisuais disponíveis no sítio da Câmara Municipal de Betim, não haverá cobrança de nenhuma quantia. É vedada a utilização dos arquivos e obras audiovisuais disponíveis no endereço eletrônico da CMB para fins comerciais, os arquivos são postos à disposição por prazo indeterminado, podendo ser interrompido em definitivo ou temporariamente suspenso.

É vedada a utilização dos vídeos disponíveis no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Betim por parte de emissoras de TV para transmissão em sistema broadcast. As emissoras interessadas em veicular o conteúdo disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Betim devem entrar em contato, para formalização do contrato e envio das obras em qualidade broadcast.



CONTEÚDO RESTRITO E SUSPENSÃO DE ACESSO

Alguns serviços disponíveis possuem seu conteúdo fechado, quando o acesso ao conteúdo for restrito, será necessário prévio cadastro do usuário e o acesso ao ambiente por meio de *login* e senha. Considerando que você é responsável pela veracidade das informações cadastradas, o cadastro de informações falsas pode gerar inconsistência na prestação dos serviços, bem como impactar ou interromper o seu acesso.

A qualquer tempo, sem aviso, a CMB poderá suspender, cancelar ou interromper o acesso aos serviços, respeitado às condições da legislação aplicável.

Conteúdos publicados na forma de notícia: os conteúdos publicados na área de notícias do portal, nos formatos de textos, fotos, vídeos ou áudios, têm caráter jornalístico, regidos pela Lei n.º 2.083, de 12 de novembro de 1953, de opinião e de informação; os conteúdos são de uso público, permitindo sua reprodução em parte ou na íntegra, porém é vedada a reprodução dos mesmos alternadamente, que prejudiquem ou mudem a sua interpretação com objetivos inversos a informação original. Fica vedada, também, a reprodução dos mesmos para fins comerciais.

SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO USUÁRIO

A CMB se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.



Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que considerem: as técnicas adequadas, os custos de aplicação, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, e os riscos para os direitos e liberdades do titular dos dados. No que se diz respeito à coleta de dados por meios digitais, utilizamos criptografia para a transmissão entrar o servidor e o usuário ocorra de forma segura e confidencial.

No entanto, a CMB se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de *hackers* ou *crackers*, ou do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro.

Compromete-se, ainda, a comunicar o usuário, em prazo adequado, caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

Por fim, a CMB se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, nos limites legais.

Este Termo de Uso pode ser alterado?

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 17/05/2023, o editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, no site, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço para acesso de usuários ao Portal da CMB, referente ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes. Esse Termo de Uso será disponibilizado no Portal.



Como esclarecer dúvidas ou fazer solicitações?

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Comarca de Betim — MG, sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Para obter mais informações sobre este Termo de Uso, ou sobre o tratamento de dados pessoais, basta entrar em contato diretamente com a Comissão Permanente de Gestão de Dados Pessoais — LGPD, da CMB, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. A solicitação deverá ser enviada ao encarregado da CMB, através do e-mail: encarregadolapd@camarabetim.mg.gov.br, (31) 2010 – 3417.